



Etnografando experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo

Ethnography on urban experiences of female sex workers

Anderson de Andrade Silva

Magda Dimenstein

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Objetiva-se analisar as experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo que trabalham nas ruas em torno dos seguintes eixos: 1. Comercialização do sexo na paisagem urbana, modos de uso da cidade e fronteiras estabelecidas pelas mulheres; 2. Experiências e afetos vividos no cotidiano; 3. Trabalho na rua - o espaço urbano como elemento de vulnerabilização e/ou de potência. Interessa-nos aproximar das experiências de trabalho nas ruas, a partir da perspectiva de gênero e investigar a emergência de agenciamentos que problematizam as dinâmicas de assujeitamento das mulheres às construções sociais hegemônicas sobre a comercialização do sexo. Para tanto, utilizou-se as categorias preconizadas pela etnografia urbana: pedaço, mancha, trajeto e circuito. Considera-se que a diversidade de práticas de comercialização do sexo e as vulnerabilidades que emergem da atividade que ocorre nas ruas são elementos fundamentais da relação cidade-gênero.

Palavras-chave: **Cidade; Experiência urbana; Identidade de gênero; Trabalho sexual**

Abstract

The objective is to analyze the urban experiences of women sex professionals working in the streets around the following axes: 1. commercialization of sex in the urban landscape, modes of use of the city and boundaries established by women; 2. experiences and affections lived in daily life; 3. work in the street - the urban space as an element of vulnerability and/or power. We are interested in approaching the experiences of work in the streets, from the perspective of gender and investigate the emergence of agencies that problematize the dynamics of subjecting women to hegemonic social constructions on the commercialization of sex. For this, we used the categories recommended by urban ethnography: piece, spot, path and circuit. It is considered that the diversity of practices of commercialization of sex and the vulnerabilities that emerge from the activity that occurs on the streets are fundamental elements of the city-gender relationship.

Keywords: **City; Urban experience; Gender identity; Sex work**

INTRODUÇÃO

A comercialização do sexo é uma prática social complexa, apresenta características e condições diferenciadas de atividades e se insere na cidade a partir de uma lógica específica. A presença da mulher profissional do sexo no espaço urbano, utilizando a rua como lugar e instrumento de trabalho, faz emergir um espaço de tensão e jogos de poder. O território urbano, portanto, é um espaço vivido e experimentado cotidianamente pelas mulheres profissionais do sexo, sendo um dos importantes elementos na determinação do processo saúde/doença e de produção de subjetividade. A experiência cotidiana nesses espaços se dá de infinitas maneiras, se concretiza em diferentes práticas e repercute de forma singular na vida de cada uma das trabalhadoras. Daí o interesse em produzir junto a elas um estranhamento em relação às situações cotidianas de trabalho e sua vivência no meio urbano.

Assim, foi com o objetivo de discutir as experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo que trabalham nas ruas que desenvolvemos um trabalho de inspiração etnográfica junto às mulheres cisgêneros, na faixa etária de 18 anos ou mais, atuantes em espaços de sociabilidade localizados em uma cidade do nordeste brasileiro. A etnografia urbana, na perspectiva delineada por José Guilherme Magnani (2002), permitiu a apreensão de como a prostituição está inserida nesse contexto e os sentidos que as protagonistas dão às práticas desenvolvidas em torno dos seguintes eixos: 1. A comercialização do sexo na paisagem urbana, modos de uso da cidade e fronteiras estabelecidas pelas mulheres; 2. Experiências e afetos vividos no cotidiano; 3. Trabalho na rua - o espaço urbano como elemento de vulnerabilização e/ou de potência.

O presente trabalho representa desdobramentos de uma dissertação de mestrado, onde intencionou-se avançar na temática a partir da análise do cotidiano de trabalho das mulheres que atuam profissionalmente nas ruas, das suas experiências urbanas e da produção de vulnerabilidades. Especificamente, buscamos conhecer como se organizam os laços de pertencimento e estabelecimento de fronteiras no espaço urbano na comercialização do sexo nas ruas; identificar as formas de uso da cidade pelas mulheres profissionais do sexo e discutir como o espaço urbano pode se constituir como elemento de vulnerabilização ou de potência. Esse trabalho visa apresentar os principais resultados dessa investigação, a organização da comercialização do sexo na cidade se mostrou com uma atividade precarizada, invisibilizada e subversiva.

Cidades e experiências urbanas

As cidades contemporâneas, atravessadas pela lógica homogeneizante do mercado global, podem ser entendidas como um fenômeno dinâmico e ininterrupto

entre o construído e o vivido, tornando-se o resultado dos diferentes modos de uso pelos seus habitantes (Benjamin, 1987; Chiavenato, 1998; Debord, 1967/1997; Lefebvre, 1968/2001; Magnavita, 2012). Atrai e ancora vivências múltiplas em razão de sua porosidade, ou seja, de sua capacidade de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos (Benjamin, 1987). Essa porosidade indica uma cidade que não abriga o definitivo e que se torna fonte inesgotável de vida a ser redescoberta e reconstruída socialmente. Lugar de um nomadismo generalizado, onde tudo circula e ao mesmo tempo petrifica-se, produzindo espaços cada vez mais padronizados (Guattari, 1992).

Formada por descontinuidades, a cidade é constituída por performances criativas e infinitos nexos. Lugar onde se projeta uma realidade prática-sensível que pode ser detectada nos modos de habitar e pelas experiências singulares que constituem a vida dos cidadãos. A cidade é, pois, um processo rizomático, atravessado por poderes instituídos e emergentes, por multiplicidades e imprevisíveis conexões (Magnavita, 2012). Dessa maneira, não deve ser definida apenas em termos de espacialidade, demarcações administrativas, de classe, de usos ou de equipamentos, mas, especialmente, em relação aos impactos produzidos nos processos de subjetivação contemporâneos.

De acordo com Felix Guattari (1992), o fenômeno urbano se revela protagonista na medida em que as cidades produzem os destinos da humanidade, ou seja, que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (Guattari, 1992, p. 170) e que não cabe mais relacionar a subjetividade apenas à noção de interioridade e, muito menos, tomar a cidade como material externo e inerte. Nessa perspectiva, a experiência urbana representa o vivido. Pode ser traduzida pelos modos de vida que vão ganhando significados a partir de marcadores culturais, políticos, econômicos, geracionais, de raça/etnia, classe e gênero, que se presentificam em um espaço (Carlos, 2007). Está relacionada, portanto, às variadas formas de utilização e apropriação dos espaços urbanos. Desse modo, pode ser evidenciada através do estudo das experiências de alteridade nas cidades, dos vínculos e sociabilidades possíveis (Dimenstein & Scocuglia, 2017).

Pensar a produção das cidades a partir de um conjunto heterogêneo de determinações é fundamental para considerar a complexidade da prática da comercialização do sexo. Dimensionar a experiência de mulheres profissionais do sexo que trabalham nas ruas é inevitavelmente um exercício de aproximação às experiências urbanas dessas trabalhadoras, mas também possibilita uma interpretação possível do funcionamento da cidade e seus efeitos na produção de subjetividades. Além disso, permite conhecer em que medida os espaços demarcados de trabalho estão associados à produção de vulnerabilidades ou potenciali-

dades em diferentes níveis, não perdendo de vista as implicações desses arranjos urbanos na saúde dessas profissionais.

Comercialização do sexo nas ruas: cidade e gênero

Segundo Letícia Barreto e Marco Aurélio Prado (2011), “as palavras prostituição e prostituta, antes de traduzirem uma realidade profissional única, dizem respeito a um grande número de práticas, de significados, de identidades” (p. 194). Contudo, a construção das identidades dessas mulheres profissionais do sexo passa a ser elaborada sempre a partir da sua condição de “transgressora” das regras e normas estipuladas socialmente e naturalizadas em relação ao exercício da feminilidade. Para Adriana Piscitelli (2005), o debate sobre a prostituição não diz respeito à sua condição de atividade. A disputa está ligada intrinsecamente à sexualidade. A profissional do sexo é vista ora com uma mulher que sofre uma violência extrema, ora como uma protagonista no enfrentamento da ordem social sexista e símbolo da autonomia sexual. Neste sentido, “as práticas de prostituição, tais como outra forma de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural” (Piscitelli, 2005, p. 14). Ou seja, a sexualidade é um campo de disputa que reflete relações desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais ganham materialidade na cidade e no exercício da prostituição nas ruas.

O ordenamento urbano, por sua vez, vai expressar e reproduzir as relações desiguais de poder. A cidade, sob a perspectiva de gênero, revela diferenças entre mulheres e homens no acesso e uso dos espaços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Segundo Sara Ortiz Escalene (2017, p. 6, tradução nossa), “A perspectiva de gênero fornece uma visão ampla das pessoas, propondo que mulheres e homens vivem e experimentam o espaço de maneiras diferentes”. Essa perspectiva compreende que há um sistema normativo que distingue os papéis de gênero na cidade, pautado, prioritariamente, na divisão entre o público e privado, bem como na organização sexual das atividades, pautada pelas atividades que se espera que as mulheres desenvolvam, pelos lugares que podem circular e permanecer (Bujalance & Naranjo, 2012).

De acordo com Vanessa Koetz (2017), a imbricação entre capitalismo, patriarcado e racismo ajuda na compreensão das particularidades que envolvem a apropriação da cidade pelas mulheres. Além disso, tem relação direta com a realização de atividades em espaços distintos da cidade, fruto da divisão sexual do trabalho, onde os homens desenvolvem o trabalho produtivo na esfera pública (a produção que se volta para o mercado consumidor) e à mulher cabe o

trabalho reprodutivo na esfera privada (essencial para a perpetuação da sociedade). Esses imperativos sociais dificultam a ocupação do espaço público e a transposição dos inúmeros obstáculos que impedem o pleno acesso pelas mulheres. Estão presentes, por exemplo, nas pautas das reivindicações femininas que se concentram, comumente, na questão do transporte público adequado, na segurança e iluminação nas ruas, na implementação de escolas e creches, etc. (Koetz, 2017).

Susana Bujalance e María Lourdes Naranjo (2012) indicam que as cidades contemporâneas refletem um modelo colapsado, esgotado pelas formas de gerir e explorar os espaços. Não são apenas os problemas referentes às necessidades de infraestrutura, saneamento e abastecimento que devem ser tratados na escala do urbanismo ou dos estudos sobre a cidade. Necessita-se discutir, principalmente, os efeitos que as cidades imprimem nas pessoas que nela habitam. Deste modo, compreender os atravessamentos de gênero no nível urbano torna-se uma tarefa imprescindível. Em defesa de um urbanismo feminista, para Sabrina Marques (2017), compreender a cidade a partir de uma perspectiva de gênero não significa pensar em uma cidade só para as mulheres. Sinaliza para a compreensão de que homens e mulheres experimentam a cidade de formas diferentes, bem como para uma resistência aos padrões hegemônicos de opressão ditados pelo patriarcado e pelo racismo estrutural. Desse modo, é uma resistência à ideia da superioridade do homem branco hétero-normativo que serve de modelo para os padrões sociais estabelecidos na cidade. De acordo com Fernanda Cordeiro (2018, p. 29), “pensar sob a perspectiva do gênero significa que esta discussão compreende uma forma de se situar no mundo que corresponde ao lugar em que cada corpo se posiciona diante das relações de poder em uma sociedade”. Portanto, propor uma leitura das experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo torna-se um desafio importante na atualidade, pois envolve o descortinamento do sistema de dominação capitalismo-patriarcado-racismo e do lugar historicamente determinado à mulher no espaço da cidade.

Em função da pluralidade de práticas possíveis na comercialização do sexo, elegemos como objeto de estudo a prostituição que ocorre no âmbito público, exercida nas ruas, já que essa atividade guarda algumas peculiaridades que nos interessa discutir. A inserção da mulher profissional do sexo no espaço urbano, utilizando a rua como *lócus* e instrumento de trabalho, faz emergir um espaço de tensão e jogos de poder. Essa atividade está atravessada por um conjunto heterogêneo de forças econômicas, políticas, por questões de gênero, raça e classe. Ademais, a prostituição possibilita a problematização da organização usual dos espaços urbanos. Nesse sentido, Alessandra Moura e Jovanka Scocuglia (2016, p. 309), ao discutir as possibilidades de “subversões cotidianas da

lógica hegemônica de estruturação das ruas nas cidades capitalistas”, trazem como exemplo o fato de uma marquise de uma grande loja ser completamente transformada fora do horário comercial quando passa a servir de ponto de apoio para mulheres profissionais do sexo durante a noite de trabalho.

Na comercialização do sexo, a inserção da mulher prostituta na cidade é acrescida de algumas dificuldades. Apesar da atividade não ser crime quando desenvolvida de maneira individual e independente, essas mulheres sofrem recorrentemente ataques em prol de um processo de “limpeza” e “revitalização” das ruas. As revistas policiais, o desmonte de equipamentos de apoio, as tentativas de afugentá-las através de violências distintas, tudo isso torna-se cada vez mais frequente, com o intuito de requalificação do espaço, que, na verdade, dissimula um processo de gentrificação (Helene, 2017).

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visa abordar “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2003, p. 22) de mulheres profissionais do sexo. O público-alvo da pesquisa foi composto por 11 mulheres cisgênero, que, segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012), se identificam com o gênero que lhes foi determinado após o nascimento. São profissionais do sexo, na faixa etária de 18 anos ou mais, que têm na comercialização do sexo sua fonte principal de renda há pelo menos dois anos, atuantes em espaços públicos urbanos de uma cidade do nordeste brasileiro.

Foram realizadas incursões prévias em potenciais lugares para a realização do estudo e a partir disso foram definidos três locais de inserção na cidade, onde tradicionalmente ocorria a prostituição nas ruas. Os espaços selecionados representavam estratos sociais diferentes, uma região central e turística, uma zona turística periférica e um espaço residencial em zona valorizada da cidade. Foi feita observação participante no intuito de produzir uma etnografia no período de 15/12/2017 a 10/04/2018. Nessa ocasião, foi possível a aproximação das mulheres e a realização de conversas no próprio ambiente de trabalho.

Trabalhou-se na perspectiva da Etnografia Urbana (Magnani, 2002), que compreende as experiências urbanas a partir de um olhar de perto e de dentro. Trata-se de um método apropriado ao cenário das metrópoles contemporâneas e de aproximação dos indivíduos nas megaestruturas urbanas. Considera que os padrões de comportamento não são individuais ou atomizados, sendo necessário fazer uma leitura do conjunto heterogêneo, múltiplo e complexo de fatores,

que faz com que a unidade de análise – experiência urbana – seja constituída pelas diferentes práticas dos atores sociais que habitam a cidade.

A etnografia urbana, de acordo com o autor supracitado, exige alguns passos que foram respeitados, através do uso das categorias: “*pedaço, mancha, trajetos e circuito*” (Magnani, 2002), para fazer um recorte na paisagem urbana e identificar as diferentes dinâmicas sociais existentes; essas categorias serão detalhadamente apresentadas durante a discussão dos dados. O processo etnográfico deste estudo respeitou a seguinte lógica: inicialmente serviu para observar e compreender a dinâmica de trabalho, os horários e uso do território urbano por mulheres profissionais do sexo atuantes nos locais predeterminados. Após as identificações básicas de horários e locais, foi desenvolvido um cronograma de inserção, privilegiando os horários de maior circulação. O contato com as mulheres profissionais do sexo esteve atrelado à inserção nos espaços, exigindo uma aproximação cuidadosa e ética. Em todos os momentos foi esclarecido para as participantes que se tratava de um estudo acadêmico. Os nomes das profissionais que aparecem no decorrer do estudo são nomes fictícios para preservar a identidade das participantes. Durante nossa permanência no território da pesquisa, o diário de campo foi utilizado como forma de registro etnográfico. Tido como ferramenta importante no processo, sua produção se dava através de manuscritos feitos a cada período de inserção no campo que eram agrupados e datados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interpretação dos dados inicia-se privilegiando a paisagem e suas peculiaridades através das categorias preconizadas pela etnografia urbana: *pedaço, mancha, trajeto e circuito* (Magnani, 2002). Durante a análise das categorias, nos valem do diário de campo como fonte. Assim, no corpo deste texto, resgatamos depoimentos de algumas profissionais registrados no mesmo material, mantendo o anonimato das informantes.

Pedaço

Categoria que exprime uma referência espacial, o *pedaço* se compõe por uma regularidade da presença de seus membros em determinado lugar, os quais compartilham códigos de mútuo reconhecimento. O *pedaço* conecta uma “experiência concreta e compartilhada” (Magnani 2002, p. 20). Na malha urbana, serve de referência a determinados grupos de frequentadores e produz uma rede de relações. Demarcamos nossos *pedaços* como ‘esquinas’, pelo contexto da comercialização do sexo e organização estrutural observada. Percebemos um microcosmo que reúne pequenos grupos com códigos territoriais comuns e

compartilhados. A prostituição que ocorre nas ruas se configura, como em outras formas de serviços, em um campo de disputa comercial; é preciso ver e ser visto, além da necessidade de oferecer uma espécie de fidelidade espacial para a clientela. Nessas disputas também surgem alianças, afetos e acordos.

Observamos nos três polos estudados algumas similaridades. A profissional tende a demarcar a pequena porção da zona de prostituição em que permanece como sendo dela, e nesse caso, não existe uma dimensão somente espacial, mas também de temporalidade em dois aspectos: o primeiro “eu cheguei aqui primeiro, ninguém trabalhava aqui” (Profissional - trecho do diário de campo I, março 2018), e o segundo em termos de período “a noite aqui só fica as travestis” (Profissional - trecho do diário de campo I, março 2018). Pequenos marcadores no espaço, como uma pedra, uma árvore, placas de trânsito, marquises de estabelecimentos comerciais, servem de referência na paisagem para demarcar a posse e ser referência para o *pedaço*: “ali perto da árvore é meu ponto, tem que se destacar” (Profissional - trecho do diário de campo I, março 2018).

Com o olhar mais cuidadoso para a paisagem, foi possível distinguir a formação de pequenos grupos que possuíam algumas similaridades entre seus membros. Essas características fazem parte do conjunto de códigos que consolida o pertencimento ao *pedaço*, tais como a faixa etária, gírias, relações de afetividade, parentesco e modos de se vestir. A composição dos pequenos grupos classificados como *pedaço* também foi compreendida como uma estratégia de enfrentamento ao sentimento de insegurança gerado pela exposição nas ruas. A aproximação com esses pequenos grupos possibilitou observar que a forma mais contundente para a reunião dessas pessoas são as experiências comuns no uso da cidade, modos de vida que constituem experiências urbanas (Carlos, 2007). Compartilhar a mesma atividade profissional não é o suficiente. Morar na mesma região, fazer o mesmo percurso para o trabalho, usar as mesmas gírias, frequentar os mesmos lugares para o lazer, tudo isso aproxima e consolida as relações presentes no *pedaço*, que são traduzidas em experiências urbanas e de alteridade (Dimenstein & Scocuglia, 2017).

O *pedaço* possui um caráter de sociabilização e de interação. Essa pequena porção do espaço que a profissional do sexo utiliza para trabalhar possibilita imensas trocas sociais e o compartilhamento de conhecimentos e táticas. Contradizendo alguns indicativos sobre a temática, na cidade pesquisada, não foi observada a prática de cobrança de “pedágios” ou taxas de permanência nos espaços de trabalho por parte das prostitutas mais antigas para as novatas, ou por cafetões que gerenciam o uso da rua. Nessa etnografia, ficou evidente que o *pedaço*, apresenta uma tendência generalizante e uniformizante. Da mesma

forma que a paisagem generaliza o *pedaço* e seus frequentadores, o *pedaço* tende a fazer o mesmo com quem se aproxima. Observou-se, durante a inserção nos territórios, que no campo de visão de quem apenas passa pelo espaço onde a atividade se desenvolve, é produzida uma homogeneização do cenário, uma vez que as peculiaridades e complexidades que produzem o *pedaço*, geralmente, são de difícil assimilação para quem está de fora. Esse processo de uniformização do *pedaço* reverbera, conseqüentemente, em um processo de restrição das formas e das possibilidades de encontros, de usos do espaço e dos equipamentos urbanos na área.

A prostituição exercida nos espaços públicos da cidade é ainda mais indesejada do ponto de vista social do que aquela realizada em espaços fechados. Configura-se enquanto heterotopia, ou seja, enquanto prática contra hegemônica, que abriga sexualidades desregradas, bem como contradiz os usos esperados do espaço público. Assim, compõe um espaço opaco, lugares de visibilidade comprometida (Santos, 1996/2006) ou contra-espacos. Para Michel Foucault (2013), esses espaços guardam algumas particularidades: são lugares onde o comportamento “desviante” é tolerado e onde se exerce práticas que contradizem as expectativas sociais. Funcionam como “uma espécie de bolha social, que isola e que hierarquiza espaços às pessoas que não condizem com as normas previamente estabelecidas” (Silva et al., 2018, p. 76). Por outro lado, são espaços de alteridade que inquietam e desestabilizam as estruturas hierarquizadas e os lugares normativos da sociedade.

A mais significativa forma de pertencimento ao *pedaço* se dá no âmbito subjetivo pelo compartilhamento de códigos, afetos, experiências e ritos no cotidiano. Esses aspectos são produzidos na interface entre prostituição-cidade-gênero e definem o que é ser uma profissional do sexo na região. Porém, acercar-se do *pedaço*, exige muita negociação, paciência, um constante exercício de aproximação e recuo, sensibilidade para perceber por quanto tempo pode-se permanecer no espaço e em que horários. Não se pode compreender o *pedaço*, como ele se organiza, sem detectar os elos afetivos que agregam aqueles indivíduos naquela porção do espaço. Isso é fundamental para o exercício da pesquisa, por exemplo.

A partir da inserção nos *pedaços*, percebemos que as experiências urbanas das profissionais do sexo produzem e são produzidas por um repertório que classifica os transeuntes em um dos seguintes códigos: cliente, policial, usuário de substância ilícita em busca de um vendedor ou de alguém para compartilhar o uso, ou um é um potencial agressor/assaltante. Desse modo, a aproximação desse espaço, enquanto pesquisador, precisou superar tal barreira e tais códigos.

Mancha

A *mancha*, segunda categoria estudada, compõe uma rede maior de equipamentos, faz referência a uma posição mais estável e está interligada com a paisagem tanto quanto com o imaginário dos cidadãos. É nela que as relações se complexificam. A *mancha* reúne espaços e atividades diversas, edificações múltiplas, serviços, vias de acesso, consistindo em uma representação mais próxima da malha urbana. É um ponto específico que marca o espaço e se torna, de maior continuidade, referência física e simbólica inteligível para um público maior (Magnani, 2002).

Com um território físico mais amplo, abriga pontos de referência para determinadas atividades e ressalta o conjunto de aparatos que se relacionam (Magnani, 2002). Partindo para a etnografia aqui desenvolvida, podemos descrever que a *mancha* da prostituição inclui os territórios que os *pedaços* ocupam e os equipamentos que auxiliam de forma direta ou indireta no desenvolvimento da atividade. Além disso, possui uma multiplicidade maior de relações, tratando de um número maior de usuários e possibilidades não excludentes. A *mancha* não abriga apenas os iguais, como foi observado no *pedaço*, mas reúne diferentes formas de uso dentro de um espaço que apresenta uma referência em comum, nesse caso, a prostituição. Ficou claro que os três pontos selecionados como campo de inserção se comportam como *manchas* distintas. Até então, na categoria *pedaço*, essa heterogenia não havia ficado tão clara, justamente por essa categoria abrigar uma relação muito mais forte com os símbolos e códigos compartilhados entre os iguais, e possuir uma similaridade em sua composição, que é reproduzida em territórios distintos.

As *manchas* analisadas possuem em comum a ocupação do território para comercialização do sexo e o reconhecimento da existência dessa atividade pela comunidade local. Há uma *mancha* com maior deficiência de equipamentos utilizados como apoio. Nesse primeiro caso, as profissionais contam apenas com uma loja de conveniência de um posto de gasolina que fica próximo, para fazer pequenas compras de lanches e cigarros. Os banheiros do mesmo posto também servem de auxílio, uma parada de ônibus ao final da rua por onde passam três linhas urbanas, e um motel, que serve como prolongamento do espaço de trabalho. A rede de apoio se estabelece com uma comunidade vizinha, onde a maior parte das trabalhadoras reside. As relações sociais estabelecidas no *pedaço* fornecem a amplitude e continuidade desse apoio. As profissionais que moram mais distante são auxiliadas por aquelas que residem mais próximo, desde que existam afinidades e que pertençam ao mesmo *pedaço*.

A casa como apoio da atividade profissional que acontece na rua borra sua tradicional classificação no território da *mancha*, havendo uma dicotomia entre o

público e o privado, aspecto que não poderá ser desenvolvido nesse trabalho. A conexão estreita entre a casa e o trabalho na rua serve-nos apenas como uma denúncia do ambiente hostil e pouco equipado em que essa atividade é desenvolvida. Nessa *mancha*, apesar de estar em uma rua paralela à orla de uma conhecida praia da região, não se observou uma relação com a praia enquanto um equipamento possível de apoio ou de captação de clientes. Já como equipamento de lazer, a praia é vista como uma possibilidade viável de circulação para as profissionais que, além de trabalhar, moram próximo da região. Porém, utilizada para fins de lazer, não podemos considerá-la inserida na *mancha*.

As precariedades observadas na primeira *mancha* onde se desenvolve a prática das profissionais do sexo refletem aspectos da organização da cidade como a valorização de determinados espaços em detrimento de outros, as marcas da segregação espacial, associadas diretamente aos determinantes de classe e raça/etnia, que reverberam na visível falta de qualificação do espaço público e da prestação de serviços e infraestrutura. Nessas áreas marginalizadas do ponto de vista social, econômico e geográfico, nota-se o acirramento na produção de estigmas e preconceitos, o que as tornam figuras segregadas ou ainda mais excluídas dentro do seu próprio espaço de vida. Durante a observação e campo, elas indicaram que eram vistas com desprezo e como intrusas pela comunidade local, reverberando, conseqüentemente, nos constrangimentos à sua circulação no espaço público e às trocas sociais. Isso, configura-se como um vetor de vulnerabilização e de ampliação das precárias condições em que vivem.

Em relação ao segundo espaço estudado, a *mancha* se organiza de maneira clara e demonstra uma relação concreta entre a atividade e os equipamentos presentes na malha urbana. Foram identificados os seguintes equipamentos: restaurantes, lanchonetes, um supermercado que dispunha de serviços de pequenas lojas de variedades, uma casa lotérica, caixas eletrônicas, um ponto de ônibus, uma academia para prática de atividades físicas, um motel e vendedores ambulantes. Todos esses equipamentos, de alguma forma, não só estavam espacialmente, próximos do cenário da prostituição, mas também compunham cruzamentos múltiplos e combinações variadas com essa atividade.

O motel desponta como o equipamento de maior apoio para a atividade, estabelecendo uma contínua e efetiva relação de trocas. As profissionais indicam o local para seus clientes e são retribuídas com o oferecimento de almoço ou com a possibilidade de ficarem no interior do estabelecimento aguardando os clientes. Os outros equipamentos também são utilizados pelas trabalhadoras, com exceção da academia de atividade física: “Era bom pra mim, se desse certo essa academia, uma horinha eu ia lá e depois me arrumava pro trabalho, mas nunca nem entrei, deve ser caro” (Profissional - trecho do diário de campo

I, março 2018). Essa impossibilidade deve-se na realidade a uma fronteira simbólica clara que faz com que as profissionais não se sintam autorizadas a frequentar. Aliás, muitas fronteiras são constituídas contra a subversão que elas promovem no uso das ruas e por se afastar de uma tal “vocação feminina” na cidade (Bujalance & Naranjo, 2012). A academia possibilitaria uma aproximação diferente com a comunidade local, mas esbarra no risco de serem identificadas pelos outros frequentadores e prejudicarem o negócio.

Essa *mancha*, por estar inserida em uma grande zona residencial, em uma área mais favorecida economicamente da cidade, apresenta características distintas da anterior e uma melhor infraestrutura para a realização do trabalho. Identificamos equipamentos de suporte no território e uma maior rede de apoio à realização das práticas nas ruas. Dessa forma, as mulheres vivenciam situações de menor vulnerabilidade em comparação às anteriores. Ter alguns dispositivos urbanos de apoio, mesmo que sejam em número reduzido, garante uma certa visibilidade e inserção no território que funcionam como fatores de proteção e de garantia de ocupação legitimada na cidade.

A terceira “*mancha*” explorada tem algumas especificidades. Nela, a prostituição tem historicamente lugar de destaque. Funciona como uma fonte de referência que agrega vários *pedaços* que possuem essa finalidade. Abriga também uma gama de estruturas turísticas (restaurantes, bares, boates, *hostels*, pousadas, hotéis), que atendem a um público diverso, não dispendo de motéis nos quarteirões ao redor. A *mancha*, então, torna-se visível mais facilmente para quem conhece a existência da comercialização do sexo na região, seja morador local, seja turista. Não é incomum observar a presença de famílias com crianças e grandes grupos de turistas no local, compondo um outro tipo de *pedaço*. O que desponta de peculiar nesse espaço é que a *mancha* da prostituição ganha contornos mais evidentes apenas com o avançar da noite: quanto mais tarde, mais ela é demarcável. Nesse espaço, o horário serve de referência de autorização para a subversão das práticas na rua (Moura & Scocuglia, 2016).

Para as mulheres que lá trabalham, esse é o campo onde a atividade ganha mais destaque por ser a região de bares e boates, onde há prostituição nas calçadas e no interior dos estabelecimentos, a qual atrai muitos frequentadores. Essa *mancha* passou por um declínio nos últimos anos em função da retração do turismo internacional e das medidas de combate à prostituição infanto-juvenil. Segundo algumas participantes, fica claro que o local passou por uma reorganização e, nesse sentido, as políticas públicas atuaram de forma significativa no encolhimento da atividade. Denúncias sobre perseguição policial, extorsão, ameaças, fechamento de boates e prostíbulos requalificaram o território.

A *mancha* está também inscrita em um campo de disputas do tráfico de drogas e havia sido alvo de uma forte investigação policial no mês anterior à pesquisa. Por essa razão, a presença/inserção do pesquisador na região tornou-se mais complicada, enfrentando hostilidades e exigindo pausas na observação e inserções mais esporádicas. Uma das profissionais verbalizou: “Você é policial civil? Tão falando isso, é melhor você nem vir mais aqui” (Trecho do diário de campo I). A investigação policial envolveu a produção de fotos e vídeos sem autorização. As profissionais se sentiram ameaçadas pela possibilidade de terem suas identidades e atividades de trabalho reveladas. Essa marca agrega outras especificidades à essa *mancha*, atraindo outros públicos com outras características. Quanto mais nos aproximamos da fronteira da *mancha*, a comercialização do sexo vai deixando de ser a grande referência. Em função do adensamento dos equipamentos urbanos e da relação com outros *pedaços* que versam sobre outras experiências, ocorre a diluição da força da atividade.

Essa terceira *mancha* tem particularidades em relação às outras duas. Está integrada a uma área da cidade tradicionalmente marcada pelos discursos “salvacionistas” do turismo e da liberação sexual. Lugar propício ao encontro com alteridades, com diferentes corpos, de distintas origens. Porém, a atividade da prostituição não escapa aos ditames do capitalismo e dos modos de funcionamento da cidade contemporânea. Ela vai se camuflando à medida em que vai se afastando dos bares e restaurantes, ganhando contornos menos nítidos, mesclando-se à grande variedade de transeuntes presentes no espaço. As profissionais desenvolvem táticas nesse sentido, bem como para lidar com a complexidade de atividades em disputa no espaço e com os riscos que a constante presença policial e de traficantes representam. Para isso, estabelecem parcerias com comerciantes locais, motoristas de taxi, complexificando as estratégias de circulação e de sobrevivência nesse local.

Destaca-se que algumas profissionais costumam transitar dentro de *manchas* distintas, pois trabalham em mais de um lugar no decorrer da semana. Essa plasticidade no pertencimento do território se dá quando as mesmas possuem os elementos necessários para inserirem-se em outros *pedaços*. O pertencimento às *manchas* é determinado pela aparência física, pela forma como se vestem e se preparam para o trabalho, pela idade e tempo na atividade, pelo acesso ao transporte, escolaridade, relação de uso ou abstinência de substâncias psicoativas e afinidade entre as profissionais da localidade. O *pedaço*, por se constituir pela relação entre seus membros, é bastante fluida e mutável, já a *mancha* apresenta uma implantação estável e definida tanto no território quanto no imaginário das pessoas.

Por fim, é no interior das *manchas* onde ocorrem escolhas e uma abertura para novas possibilidades de encontros no espaço urbano. Diferente do *pedaço*, ela não tem relação de potencial fixação na paisagem, e em oposição à *mancha*, não tem ponto de referência (Magnani, 2002). Configura-se, assim, um campo de disputa, com a produção de diversas forças que concorrem pela legitimação do uso do território. Cada espaço da cidade é uma sobreposição contínua de fronteiras pouco definidas e porosas. O intercruzamento entre *manchas* e *pedaços* sinaliza as possibilidades múltiplas de escolhas existentes na circulação pelo espaço urbano.

Trajetos

O *trajeto* é o processo dinâmico que ocorre no deslocamento das pessoas entre as *manchas*, no interior delas e na cidade. Essa terceira categoria visa demarcar as formas de uso do espaço e remete aos fluxos, à diversidade e à necessidade de deslocamentos. Os *trajetos* são as linhas que ligam uma complexa rede. Os fluxos das mulheres profissionais do sexo permitiram compreender algumas características que se relacionam diretamente com a atividade. O primeiro fator determinante do *trajeto* das mulheres é o desejo de resguardarem o anonimato. Foram frequentes os relatos sobre longos *trajetos* feitos para trabalharem afastadas de suas residências e em lugares sem o risco de serem identificadas. A invisibilidade é uma condição desejada que remete às experiências prévias de julgamentos morais e estigmatizantes sobre a atividade.

Foi observado, no desenvolvimento do *trajeto*, que uma prática emerge como chave de acesso a diferentes espaços: a vestimenta. As mulheres comumente utilizam uma “roupa de trabalho”, ou seja, um tipo de traje específico que utilizam durante a sua estadia na rua. Esses trajes tendem a serem chamativos, com cores fortes, decotados, curtos, correspondendo à ideia presente no imaginário popular, quando nos referimos às mulheres profissionais do sexo. Uma imagem estereotipada é, então, construída. Quando o *trajeto* vai além da *mancha* ou quando sua finalidade não está no desenvolvimento da atividade, a estratégia de trocar de roupa é comum entre as profissionais. Munidas de peças extras, costumam sobrepor a roupa de trabalho. Ao ser questionada sobre tal prática, uma das profissionais deu uma justificativa: “eu não vou chegar lá como uma puta, né meu filho?” (Trecho do diário de campo I). Dessa forma, entendemos que os únicos lugares dos quais elas estariam autorizadas a transitar vestindo a “roupa de trabalho” seria dentro do interior da *mancha* que abriga a prostituição. Para além da *mancha*, existem outros códigos a serem assumidos; busca-se uma aproximação com outras práticas com o intuito, mais uma vez, de manterem o anonimato de sua atividade.

No interior das *manchas*, os deslocamentos costumam ser a pé e a circulação na cidade se dá geralmente por transporte público. Uma pequena parcela das profissionais observadas (apenas duas) possuía transporte próprio, o qual também servia de instrumento de trabalho, já que era utilizado no encontro com clientes e para circular entre as *manchas* na busca de maior captação de programas. Testemunhamos durante a inserção no campo que uma condição quase fundamental para ser cliente é possuir alguma forma de transporte. Com isso, o transporte possui um papel de grande importância nos *trajetos* desenvolvidos durante o trabalho.

Experiências de conflito durante os percursos desenvolvidos junto aos clientes também foi uma realidade. Como uma espécie de “punição”, que se trata mais de uma violência, quando o conflito se estabelece e o destino planejado é interrompido, elas são comumente deixadas em qualquer lugar, sem muitas vezes terem como voltar ao seu ponto de origem. Esse relato é presente no cotidiano de trabalho: “tive que voltar a pé, não tinha dinheiro” (Profissional - trecho do diário de campo I, março 2018). Muitas vezes o conflito se estabelece quando há um desacordo sobre a prática que será desenvolvida. A recusa de sexo sem camisinha, de compartilhar o uso de drogas ou de atividades sexuais pouco convencionais despontam como as causas principais dos conflitos observados.

Os fluxos, na dinâmica de trabalho, possuem uma dimensão importante na relação com os clientes, pois desenvolvem *trajetos* pela cidade que nem sempre contemplam apenas a ida ao motel para a realização do programa, mas outros equipamentos podem ser acessados. Enquanto acompanhantes, elas passam a figurar em outros espaços da cidade: ir às praias, restaurantes e *shopping centers*, desconstruindo, dessa forma, práticas estabelecidas do ofício.

Nesse fluxo que constitui o *trajeto* (casa/trabalho/uso de equipamentos), fica claro que homens e mulheres experimentam a cidade de maneira diferente (Escalene, 2017). Entretanto, não há um único padrão entre as mulheres. A mulher profissional do sexo possui uma maneira mais vulnerável na forma de se relacionar com a cidade. O encontro com clientes fora da *mancha* durante a realização de algum *trajeto* revela-se como uma experiência ameaçadora em potencial. O deslocamento na cidade para as mulheres em geral, por si só, já resulta em algumas dificuldades, como a possibilidade de serem agredidas (Marques, 2017), como pontua a perspectiva do feminismo urbano. Para as profissionais do sexo, a necessidade de manter o anonimato estimula a produção de práticas e afetos específicos.

Circuito

O *circuito* abarca uma rede que mantém atividades ou serviços interligados, mas que não necessariamente possuem uma continuidade espacial. Trata-se do uso do espaço e equipamentos de uma forma mais independente do território (Magnani, 2002). O *circuito* de prostituição existente na cidade extrapola os campos estudados na etnografia proposta. Contudo, a aproximação com o campo e com as profissionais participantes do estudo permitiu ter um entendimento maior de como a atividade de comercialização do sexo se desenvolve na cidade.

Podemos descrever que o *circuito* da prostituição no território estudado se desenvolve atrelado à modalidade de prostituição. Existem algumas possibilidades de atuação e todas elas são pertencentes ao mesmo *circuito*, dentre as quais identificamos: a prostituição que ocorre nas ruas (foco do nosso estudo); os bordeis ou casas de prostituição, que atende um público diverso, possuindo desde estabelecimentos mais requintados aos mais simples; e ainda uma modalidade de prostituição independente, que não ocorre nas ruas, mas na própria residência das profissionais – geralmente apartamentos bem localizados, sendo que o contato com os clientes é estabelecido através de telefone ou pelas redes sociais. O *circuito* da prostituição se capilariza, movimenta uma série de serviços e equipamentos. Inegavelmente, é uma atividade econômica de impacto para a cidade e também faz parte do produto turístico que a cidade tem a oferecer.

Durante a circulação entre um campo e outro da pesquisa foi observado um *outdoor* que apresentava a propaganda de um serviço de mulheres acompanhantes, termo recorrente para tratar de prostituição (o contato com o serviço se dava através de um site). Aos poucos, durante a inserção nas *manchas* legitimadas para o desenvolvimento da atividade, foi constatado que algumas das mulheres que frequentavam as ruas também utilizavam os sites para captar clientes. O uso da ferramenta, que cobra uma mensalidade, era feito através de um perfil com fotos e descrições pessoais da profissional que ficava à disposição dos potenciais clientes. Os rebatimentos da criação dessas redes no campo virtual pluralizam ainda mais a inserção e distribuição da comercialização do sexo no cenário urbano, implodindo, inclusive, a necessidade de uma referência concreta na paisagem urbana para o desenvolvimento da prática. A virtualização das relações relega para o ciberespaço o oferecimento de diversos serviços e, nesse cenário, a prostituição não seria diferente.

Todas as modalidades que compõem o *circuito* da prostituição coabitam a cidade, mas estão na penumbra: elas existem, são de conhecimento de uma parcela significativa da população, porém, não são expostas com facilidade. São

equipamentos urbanos, fazendo parte inclusive de uma dimensão turística da cidade, mas os atravessamentos morais e estigmatizantes que abarcam a prática tentam apagar tais atividades do cenário urbano. Constituição típica de áreas opacas que costumam reunir elementos contra hegemônicos e marginalizados (Santos, 1996/2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atividade de comercialização do sexo, entendida como mais uma forma de ocupar a paisagem urbana, o território contribui massivamente para definir o tipo de prostituição. No âmbito da prostituição nas ruas, torna-se imprescindível adotar uma perspectiva integradora de território, compreendendo-o como um espaço híbrido e multidimensional. Segundo Henri Lefebvre (1968/2001, p. 15), “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”. É um verdadeiro quebra-cabeça, dotado de fronteiras físicas e simbólicas que produzem segregação espacial. Esse processo se constitui de forma distinta conforme marcadores de classe social, raça, gênero, faixa etária, tipos e locais de trabalho e de moradia.

A presença da mulher profissional do sexo, no cotidiano da cidade, revela os processos de segregação territorial que autorizam ou não sua permanência e circulação. As paisagens são demarcadas por fronteiras simbólicas existentes no mesmo espaço e a depender do horário. Agregam-se estigmas e impeditivos de circulação ao uso de alguns equipamentos urbanos. O uso dos dispositivos urbanos que são compartilhados pela comercialização do sexo, não parece legítimo para o proveito de personagens que não sejam as mulheres profissionais do sexo, clientes ou outras categorias que se relacionam diretamente à atividade. Tornam-se claras as fronteiras: profissionais e clientela versus cidadãos, eles compartilham o mesmo espaço, porém os códigos territoriais compartilhados definem bem qual é o lugar de cada um. Nesse sentido, foi um grande desafio durante o estudo etnográfico mapear os códigos territoriais e atravessar essas fronteiras para a produção do material analisado.

A comercialização do sexo promove antes de tudo um campo de disputa na cidade, traz como consequência um uso “ilegítimo” de alguns espaços e produz, conseqüentemente, uma vivência de vulnerabilização constante. Visibilidades e invisibilidades que pertencem ao cotidiano de trabalho dessas mulheres agenciam experiências urbanas singulares, experiências que podem ser apreendidas como um elemento importante da determinação social da saúde, pois o impedimento de circular em espaços que teoricamente são “públicos”, os precon-

ceitos advindos da profissão, exclusão, violências de distintas ordens, geram efeitos nos modos de subjetivar-se, de viver e adoecer dessas mulheres. As relações intersubjetivas, os afetos, compartilhamento de signos, constituem uma rede de apoio em meio ao espaço hostil. As mulheres profissionais do sexo tendem a promover acordos e estratégias que garantam sua permanência e uso de alguns equipamentos urbanos. Sob a perspectiva metodológica desenvolvida fica claro que as experiências urbanas das mulheres são singulares em cada espaço da cidade, mas guardam elementos em comum relacionados aos modos de normatização do espaço urbano e da própria disciplinarização da vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- Barreto, Letícia Cardoso & Prado, Marco Aurélio Máximo. (2011). Identidade das prostitutas em belo horizonte: as representações, as regras e os espaços. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 193-205.
- Benjamin, Walter. (1987). *Obras escolhidas II: Rua de mão única*. Brasiliense.
- Bujalance, Susana & Naranjo, María Lourdes. (2012). La perspectiva de género en el urbanismo. Una aproximación conceptual adaptada. *Anais do IV Congresso Universitario Nacional Investigación y Género*, 4, 609-626.
<https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/39830>
- Carlos, Ana Fani Alessandri. (2007). *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. Editora Contexto.
- Chiavenato, Júlio José. (1998). *Ética globalizada & sociedade de consumo*. Moderna.
- Cordeiro, Fernanda Azevedo. (2018). O direito à cidade sob a perspectiva de gênero. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*, 60, 29-31. Recuperado de <https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/08/o-direito-a-cidade.pdf>
- Debord, Guy. (1967/1997). *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Contraponto.
- Dimenstein, Marcela & Scocuglia, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. (2017). Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 19(3), 417-439. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p417>
- Escalene, Sara Ortiz. (2017). Urbanismo desde la perspectiva de género. Buenas prácticas con perspectiva de derechos humanos. *Dfensor*, 15(1), 4-9.
https://cdhdf.org.mx/wp-content/uploads/2014/05/dfensor_01_2017.pdf
- Foucault, Michel. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. n-l Edições.
- Guattari, Felix. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Helene, Diana. (2017). O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's*

Worlds Congress, 1-12.

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_helene.pdf

- Jesus, Jaqueline Gomes de. (2012). *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Autor.
https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989
- Koetz, Vanessa. (2017). Direito à Cidade: uma visão por gênero. In Vanessa Koetz, Helena Duarte Marques & Jéssica Tavares Cerqueira (Orgs.), *Direito à Cidade: uma visão por gênero* (pp. 72-77). IBDU.
- Lefebvre, Henri. (1968/2001). *O Direito à Cidade*. Centauro.
- Magnani, José Guilherme Cantor. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, 17(49), 11-29.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- Magnavita, Pasqualino Romano. (2012). Experiência rizomática. *Revista Redobra*, 9, 205-214.
- Marques, Sabrina Duringon. (2017). Cidade, serás feminista! In Vanessa Koetz, Helena Duarte Marques & Jéssica Tavares Cerqueira (Orgs.), *Direito à Cidade: uma visão por gênero* (pp. 78-86). IBDU.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (orgs.). (2003). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Moura, Alessandra Soares & Scocuglia, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. (2016). Pelos “cantos” da cidade: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1(1), 307-324. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p307>
- Piscitelli, Adriana. (2005). Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, 25, 7-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>
- Santos, Milton. (1996/2006). *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Editora da USP.
- Silva, Luciana Codognoto; Justo, José Sterza & Peres, Willian Siqueira. (2018). Psicologia e Heterotopias: Um Estudo sobre a Prostituição de Mulheres Adultas em um Município do Interior do Estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, 9(1), 72-87. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i1.0004>



ANDERSON DE ANDRADE SILVA

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Graduado em Psicologia pela Universidade de Pernambuco (2010), especialista em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial pela Universidade de Pernambuco

(2012), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

andersonandrade17@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0170-2077>

MAGDA DIMENSTEIN

Doutora em Psicologia - Professora visitante da Universidade Federal do Ceará. Professora Titular vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Realizou estágio Pós-Doutoral em Saúde Mental na Universidad Alcalá de Henares (Espanha/2010) e em Saúde Coletiva no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da UFC (2018).

mgdimenstein@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5000-2915>

FORMATO DE CITACIÓN

Silva, Anderson de Andrade & Dimenstein, Magda (2021). Etnografando experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo. *Quaderns de Psicologia*, 23(1), e1645. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1645>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 10-06-2020

1ª revisión: 21-07-2020

Aceptado: 12-08-2020

Publicado: 30-04-2021